

# FINANCEIRIZAÇÃO DOS GRUPOS ECONÔMICOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS TERRITORIAIS DOS GRUPOS VOTORANTIM, JBS E TIGRE

Júlia Pessanha Siqueira <sup>1</sup>  
Leandro Bruno Santos <sup>2</sup>

## RESUMO

A partir da década de 1970, num cenário de políticas liberais e desregulamentação da economia, o capital financeiro adquire papel central no modo capitalista de produção. Com o avanço da financeirização, os acionistas adquirem maior poder sobre empresas e grupos, exercendo pressão pelos dividendos e redefinindo as estratégias desses capitais. O objetivo deste trabalho é compreender a financeirização dos grupos brasileiros JBS, Votorantim e Tigre e como se dá a relação desses agentes com o território. A metodologia envolve etapas de levantamento e leitura de bibliografias pertinentes ao tema, levantamento de dados secundários dos grupos (relatórios em sites e informes das bolsas de valores), sistematização e análise dos dados levantados. Foi possível identificar que os três grupos, apesar de diversos ramos, portes e atuações no território, se envolvem de diferentes formas com o processo de financeirização, atuando na forma de *holdings*, abrindo seus capitais em bolsas de valores ou vendendo parte de seu controle para fundos de *private equity*, porém a estrutura física desses grupos se mantém, revelando uma acumulação de capital combinado realizada por esses atores econômicos.

**Palavras-chave:** Financeirização, Grupos Econômicos, Território, Finança Capitalista.

## ABSTRACT

From the 1970s onwards, in a scenario of liberal policies and economic deregulation, financial capital acquired a central role in the capitalist mode of production. With the advancement of financialization, shareholders acquire greater power over companies and groups, exerting pressure for dividends and redefining the strategies of these capitals. The objective of this work is to understand the financialization of the Brazilian groups JBS, Votorantim and Tigre and how these agents interact with the territory. The methodology involves stages of surveying and reading bibliographies relevant to the topic, collecting secondary data from the groups (reports on websites and reports from stock exchanges), systematizing and analyzing the data collected. It was possible to identify that the three groups, despite different branches, sizes and operations in the territory, are involved in different ways with the financialization process, acting in the form of holding companies, opening their capital on stock exchanges or selling part of their control to private equity funds, however the physical structure of these groups remains, revealing an accumulation of combined capital carried out by these economic actors.

**Keywords:** Financialization, Economic Groups, Territory, Capitalist Finance.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [juliapessanhasiqueira@gmail.com](mailto:juliapessanhasiqueira@gmail.com). Instituição de Fomento: CAPES

<sup>2</sup> Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, [leandrobruno@gmail.com](mailto:leandrobruno@gmail.com)

A atual financeirização da economia mundial tornou-se parte fundamental para análise e compreensão do capitalismo em sua totalidade. A finança, que poder ser compreendida enquanto “a árvore que sustenta a floresta” (HUSSON, 2010, pp. 303), tem parte central na dinâmica, por ser um meio do qual o capital retorna ao seu funcionamento “puro”, livre das restrições e normas impostas ao capitalismo ao longo de seu desenvolvimento. Na arena central do desenrolar desse processo se encontram os grupos econômicos, instituições financeiras – fundos de pensão, fundos de investimentos, etc. – e instituições bancárias, atores indispensáveis à dinâmica, que se envolvem e intervêm cada vez mais frequentemente e de forma cada vez mais consistente nos mercados financeiros e de câmbio (SERFATI, 1998).

A partir da década de 1970, o capital financeiro passa a se sobrepôr aos demais capitais (dinheiro, mercadoria) em meio a mudanças fundamentais no modo de produção capitalista, sobretudo com o enfraquecimento do regime de acumulação com base no fordismo e keynesianismo, havendo mudanças estruturais no sistema que impactaram diretamente as dimensões e conteúdo da mundialização capitalista (RIBEIRO; DINIZ, 2017). Paulani (2009) destaca que o choque do petróleo e insumos básicos instaurado em 1973 colocou o mundo num cenário de recessão aberta, com queda da produtividade das economias mundiais, crescimento da estagflação (aumento do desemprego somado ao aumento da inflação) e crises de endividamento (MICHALET, 2003), que levaram à adoção de medidas neoliberais, como redução do intervencionismo Estatal, aumento das privatizações e implantação de planos de liberalização por governos dos Estados Unidos e Grã Bretanha. O impulso final para o capital financeiro deslanchar ficaria a cargo da desregulamentação das finanças, dos investimentos diretos e das trocas comerciais (SANTOS, 2009).

Num cenário de políticas liberais e desregulamentação da economia que impactam primeiramente as finanças, o capitalismo sofre mudanças brutais e, nesse contexto, os bancos, fundos de pensão e companhia de seguro despontam e tomam para si um lugar privilegiado ao centro das novas estruturas que se formavam no capitalismo mundial (CHESNAIS, 2010).

A emergência do “capital fictício” (CHESNAIS, 2005) ou “dinheiro sem lugar” (SANTOS, 2001) é um fenômeno que se expande através da financeirização. É um capital que se move para além do território – aqui compreendido segundo Souza (2000) enquanto *locus* das relações sociais e espaço delimitado por e através de disputas de poder – e flui a todo lugar e em todo momento. Porém, há de se salientar que, embora os ativos financeiros sejam fictícios,

são capazes de exercer grande pressão sobre a sociedade, porque constituem direitos e títulos jurídicos sobre produções futuras (CHESNAIS, 2005). Para uma indústria que pertence a um agente econômico financeirizado, o território pode contar pouco, e esse “pouco” se relaciona diretamente com os vínculos desses agentes com a financeirização (LENCIONI, 2020).

Com o avanço da financeirização no mundo, o que se observa é o aumento do poder dos acionistas e da maior distribuição de dividendos dos investimentos (partilha dos ganhos futuros) por parte das empresas e grupos econômicos, além da destinação de parte dos lucros para compra direta de ativos financeiros. O Brasil não foge a esse fenômeno, adotando para si medidas de liberalização e desregulamentação, que permitem que a finança tenha as bases que precisa para se movimentar (ZANOTELLI, 2019).

O objetivo do presente trabalho é compreender como se dá a reprodução dos capitais das empresas e grupos econômicos industriais brasileiros, visto que sempre buscaram a ampliação do retorno de seus capitais, distribuindo-os em diversas atividades, algumas delas sem finalidades produtivas, como uma clara busca pelo rentismo. Com o avanço da financeirização e desregulamentação dos mercados, esses agentes econômicos são impelidos (quer tenham capital aberto ou não) a buscarem retornos cada vez mais rápidos, sobretudo em ganhos “não operacionais”, alocando parte de seus capitais fora da produção e cada vez mais na esfera das finanças. Essa dinâmica pode resultar em uma menor ancoragem com o território, visto que esses capitais tendem a se comprometer menos com os locais nos quais se instalam.

## **METODOLOGIA**

Como metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados o levantamento e leitura de bibliografias sobre temas pertinentes ao processo de financeirização da economia para que fosse formado o arcabouço teórico sobre o qual se apoiaria o desenvolvimento do projeto.

Para selecionar as três empresas e grupos foram adotados os seguintes critérios: 1) Seleção no ranking Maiores e Melhores da Revista Exame (2022) para obter as maiores empresas de origem brasileira; 2) Foram excluídas empresas sob controle do Estado, visto que as estratégias adotadas podem seguir interesses em parte distintos das empresas de capital privado; 3) um dos grupos ou empresas selecionadas deveria possuir controle familiar da holding e o capital aberto seria apenas das suas subsidiárias; 4) uma das empresas ou grupos sem uma centralização do controle na forma da *holding* na qual tudo é negociado nas bolsas de

valores, 5) a terceira empresa ou grupo com capital fechado como uma forma de comparar suas práticas.

Foram realizados levantamentos de dados secundários sobre as empresas e grupos analisados através da leitura e análise de seus relatórios, para uma maior compreensão dos nexos com a finança. Quanto aos investimentos em bolsas de valores, aberturas de capital e composição acionária, também foram levantados dados no site da B3 (Bolsa, Brasil e Balcão) para compreender as movimentações financeiras dos agentes analisados. Todos esses dados foram organizados, sistematizados na forma de gráficos e tabelas para que então fossem analisados sob a luz das referências bibliográficas utilizadas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Chesnais (2010) entende a finança como as práticas de instituições que se especializam em centralizar o dinheiro “ocioso” e sua realocação na forma de empréstimos ou títulos – fundos de pensão e de aplicação coletiva –, empresas de seguros e os maiores bancos e estruturas institucionais. Chesnais (2010) argumenta que, desta forma, a finança seria o aspecto do “capital portador de juro” que muito se observa no capitalismo em sua fase atual. Seria, portanto, o capital que se localiza em uma relação alheia à produção, ou seja, da economia “real”. “Voltada inteiramente em direção à apropriação sob todas as formas, a finança desconhece constantemente a realidade da economia real. Ela é “insaciável” por natureza” (CHESNAIS, 2010, p. 100).

A finança é aquela que se beneficia primeiro com os movimentos de liberalização e desregulamentação das economias – tanto com os fluxos financeiros propriamente ditos quanto os fluxos ligados à valorização do capital –, que permitem que haja mobilidade dos fluxos financeiros em escala planetária, bem como um poder de imposição de normas que envolvem rentabilidade e certo grau de exploração da mão de obra atuante nas empresas e grupos sobre as quais opera (CHESNAIS, 2010), fator que corrobora quando Mazzucato (2021) ressalta que a ascensão das finanças, antes de tudo, tem origem na desregulamentação da economia e no aumento da desigualdade. Os Estados são peças fundamentais para o avanço do processo financeiro e do capitalismo como um todo, visto que “[...] o Estado há muito tempo, e ainda hoje, é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global” (HARVEY, 2014, p. 81).

Dessa forma, Harvey (2014) entende o dinheiro enquanto peça fundamental na reprodução do sistema capitalista, desempenhando um papel fundamental para a reprodução do próprio sistema e também na busca por uma acumulação cada vez maior de capital, que passa

a ser compreendido enquanto um valor em processo (CHESNAIS, 2005). Um reflexo dessa apropriação do capital sobre os meios de produção é também uma característica da dinâmica financeira, que daria origem a uma redução sucessiva dos lucros em caixa que passam a ser reinvestidos e um aumento síncrono dos valores pagos aos acionistas na forma de dividendos, fator que reflete também no capital humano, uma vez que é capaz de levar a redução de salários e corte de pessoal (GUTTMANN, 2008).

É de suma importância a compreensão de que o capitalismo contemporâneo não se baseia na oposição entre dois tipos de capital – financeiro e industrial –, e sim na concorrência entre eles, fato que só é possível devido à financeirização (HUSSON, 2010). Para além disso, o capitalismo coordenado pela finança é constituído por duas forças principais: a primeira voltada para as mudanças no padrão de atuação da finança nas últimas décadas e, a segunda, que trata da reconstrução feita pela globalização financeira na economia mundial e que a tornou algo maior e mais complexa do que apenas “a soma de suas partes” (GUTTMANN, 2008).

Em meio a toda essa movimentação de órbita e apropriação realizada pelo capital fictício, é importante ressaltar que os capitais “reais” ainda circulam por meio do comércio e da produção, ainda que uma grande massa de capitais pare sobre essas atividades. Arrighi (1996) adverte que o comércio pode ser compreendido enquanto o deslocamento de mercadorias no espaço e no tempo, podendo haver uma agregação de valor de uso às mercadorias que necessitam de transporte e exigem esforço humano. A produção, por sua vez, é definida pelo autor em seu sentido estrito, enquanto uma extração da natureza e modificação de sua forma e matéria. Quase todas as atividades de comércio dependem de algum tipo de produção tanto num sentido amplo ou até mesmo no sentido estrito.

Na nova forma de estruturação do capitalismo, o que se nota é que ele se torna cada vez mais organizado a partir da dispersão, mobilidade geográfica e respostas flexíveis, acompanhados de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 2005). Com esses moldes que o capitalismo assume, são lançadas as bases sobre as quais o capital financeiro consegue circular e se reproduzir.


Sassen (2018) entende que uma nova dinâmica surge com o crescimento do setor financeiro, permitindo que haja uma extração de valor tanto de elementos tanto materiais quanto de imateriais, visto que estes são alocados em um contexto financeirizado maior que funciona de forma diferente do que na maioria de outros setores. A autora afirma que essa diferença pode ser descrita enquanto a extração de lucros a partir da venda do dinheiro, que é algo que o banco tradicional possui e o contrário, que seria a prática da finança, parasitando outras atividades e delas extraindo seus lucros. Para a autora esse seria a definição de financeirização.

Santos (2013) compreende que grupos econômicos são estruturas corporativas, formadas por uma rede de empresas que se relacionam entre si, seja por produtos, capitais, tecnologias empregadas ou trabalhadores etc., podendo ser mais ou menos articulado em sua estrutura, estando presente em mercados mais ou menos diversificados.

Esses agentes são centrais na intensificação da divisão técnica e social do trabalho, bem como da especialização produtiva e na internacionalização nas mais diversas escalas geográficas. Sejam eles atuantes na esfera comercial, bancária ou industrial, são estruturas corporativas compostas por uma sede (*holding*) e suas filiais, atuando em negócios relacionados ou não (SANTOS, 2013), ideia que corrobora com Hiratuka; Rocha (2015), que afirmam que o grupo representa uma estrutura que consolida vínculos sobre ativos de diversas naturezas (empresas, firmas, escritórios, plantas industriais, centros de P&D, entre outros) cujo sentido se dá sobre os próprios vínculos, que possibilitam a criação de instituições econômicas que possibilitem a valorização desses ativos. Além disso, os grupos contribuem em grande escala para a financeirização da economia mundial, na medida em que suas atividades se expandem com o crescimento dos departamentos financeiros e aumento de suas operações nos mercados de câmbio (SERFATI, 1998).

É importante ressaltar a dimensão específica dos grupos industriais, que, embora possuam estruturas e modo de funcionamento similares aos grupos econômicos em geral, apresentam uma diferença fundamental. Os grupos industriais, como o nome suscita, possuem atuação na indústria, o que pode parecer irrelevante, porém, ao realizar uma análise geral, esse tipo de atuação confere ao grupo seu vínculo com o território e a economia real. Chesnais (2005) define grupo.

O território é aqui entendido como a base de todas as relações sociais e econômicas que sobre ele ocorrem. Palco de disputas e conflitos que emergem no desenrolar dessas relações, ele é “fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78), serve de palco para as relações de poder entre atores macro (Estado) e para além dele, ampliado o panorama e observando sua microfísica na esfera da sociedade (como os grupos econômicos nesse caso, exercendo sua potência sobre as massas da sociedade), com uma ampla esfera de diferentes sujeitos e espaços de territorialização e coerção (HAESBAERT, 2014). O território pode ser compreendido como um campo de forças, ou ainda uma teia ou rede de relações sociais, que possui limites e se distingue de outros territórios a partir de sua complexidade interna. É nele que relações sociais e de produção são projetadas no espaço (SOUZA, 2000).



Para uma indústria ou grupo industrial que pertence a um grupo econômico financeirizado, o território pode contar pouco (LENCIONI, 2020). Quando um capital financeiro opta por realizar investimentos de portfólio, isso pode levar ao financiamento e construção de estruturas materializadas no território (como infraestruturas viárias, por exemplo), que se mostrem necessárias à acumulação de capital no futuro, porém a taxa de retorno desses investimento depende das dinâmicas de acumulação inerentes ao país que recebe esse investimento, com exceção dos casos (frequentes) onde a taxa de retorno desses investimentos seja garantida pelo Estado (HARVEY, 2014). A participação ativa de grupos multinacionais no sistema financeiro mundial por outro lado revela a realidade de que esses grupos são cada vez mais entendidos enquanto “ativos de rendimento” por fundos de investimento – fundos de pensão e fundos de *hedge* – e investidores institucionais, que a curto, médio e longo prazo, visualizam as perspectivas de partilhas de dividendos.

Os atores econômicos são responsáveis por disseminar o fenômeno da globalização financeira que, na opinião de Serfati (1998), pode oferecer aos grupos industriais mundializados a possibilidade de produzir e multiplicar seus ativos de maneira diversificada, tanto em sua forma industrial quanto de forma financeira propriamente dita. O mesmo autor realça que esse fenômeno traz efeitos brutais a uma escala global, envolvendo o emprego, pondo em voga incertezas sobre direitos coletivos e sociais – que passam a ser visto como privilégios – e ainda marginaliza grupos inteiros da população mundial.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Grupo Votorantim é uma holding de investimentos permanentemente capitalizada e que possui um portfólio de investimentos diversificado, composto por companhias que atuam em diversos ramos, como o de materiais de construção, alumínio, energia, mineração, metalurgia, produção de suco in natura, infraestrutura, imobiliário de investimentos, entre outros. É por meio dessa estrutura que o Grupo está presente em 19 países (VOTORANTIM, 2023). A estratégia que orienta o grupo segue uma abordagem que visa investimentos a longo prazo com retorno financeiros superiores e impactos socioambientais positivos (VOTORANTIM, 2022).

As empresas sob controle total ou parcial do Grupo são 12 no total – Votorantim Cimentos, Banco Votorantim, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Auren, Floen, Nexa, Citrosuco, Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), Acerbrag, Altre, 23S Capital e

Reservas Votorantim – (VOTORANTIM, 2023), o que confere a diversidade de ramos de atuação. Fundado em 1918, é um dos maiores Grupos empresariais do Brasil na atualidade.

Das 12 empresas, apenas 4 são integralmente controladas pela holding – Votorantim Cimentos, Acerbrag, Altre e Reservas Votorantim. A CBA, Auren, Nexa e CCR possuem seus capitais abertos em bolsas de valores (VOTORANTIM, 2023). Destas de capital aberto, CBA e Nexa eram controladas integralmente e tiveram seus capitais abertos há pouco tempo. A Auren consiste na união de ativos de energia do grupo com ativos de energia de fundo de pensão canadense, configurando não apenas laços com o capital financeiro como a alavancagem dessa atividade mediante abertura de capitais. No caso da CCR, o grupo se articulou com a Holding Itaúsa para entrarem no controle da companhia concessionária de infraestrutura, transportes e serviços. A holding do grupo Votorantim, por sua vez, não possui capital aberto em nenhuma bolsa de valor.

O Banco Votorantim, atualmente conhecido por BV, inicialmente fundado enquanto uma sociedade limitada distribuidora de títulos e valores mobiliários, posteriormente se torna uma sociedade de ações de múltiplas frentes de atuação. Através da BV Financeira, atende pessoas físicas; com a Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários atua em atividades de intermediação; Com a BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. opera com arrendamento mercantil; administra e gere fundos com a Votorantim Asset Management DTVM Ltda; atua no mercado de corretagem de seguros através da Votorantim Corretora de Seguros S.A.; possui negócios voltados para de inovação como o BV Lab e BVx; além de investir em fintechs, *startups* e plataformas de investimentos - Yalo, Weel, Neon Pagamentos, Just, NaPista, entre outros - através do aporte de capitais em fundos de investimentos. É importante que se ressalte que o Banco do Brasil, desde 2009 detém 49,99% dos capitais da Votorantim Finanças S.A, revelando a atuação do Estado no BV.

Para além das fronteiras brasileiras, o conglomerado tem filiais estabelecidas nas Bahamas desde 2002 (BV, 2023), país que é conhecido por ser um paraíso fiscal, para onde o grupo pode evadir divisas através de movimentações de capital de uma filial fora do paraíso fiscal para uma que se encontra no paraíso, visto que essas movimentações não são tributadas. Tendo realizado essa movimentação, o grupo pode realizar investimentos a partir do paraíso fiscal, tendo se isentado da tributação inicial e não sendo tributado novamente em meio às “liberdades fiscais” oferecidas por países como as Bahamas.

O Grupo JBS, em contrapartida, tem uma estrutura diferenciada na qual as subsidiárias não possuem capital aberto, somente a holding - J&F Investimentos - tem as ações negociadas



na B3. Sua estrutura organizacional possui estas divisões: 1) JBS Brasil – Friboi, Swift, JBS Couros e Novos Negócios –, 2) Seara, 3) JBS USA Beef – JBS USA Beef, JBS Canadá, JBS USA Retail Ready, JBS USA Carriéis e JBS Austrália –, 4) JBS USA Pork – JBS USA Pork, JBS USA Live Pork, Swift Prepared Foods e JBS USA Retail Ready –, 5) PPC – Pilgrim’s e 6) Rigamonti (JBS, 2022). A partir dessa estrutura, o grupo se configura como o maior produtor de proteínas do mundo, além de ser a segunda maior empresa de alimentos do mundo e um dos maiores do Brasil, estando presentes em mais de 20 países e com mais de 500 unidades produtivas industriais e escritórios comerciais ao redor do mundo (JBS, 2023).

A cultura de expansão do grupo revela um interesse em expansão territorial, visto que periodicamente realiza aquisições e fusões (JBS, 2022) que permitem com que a estrutura geográfica e ancoragem com o território sejam ampliadas.

Além das empresas que compõem o Grupo JBS, a holding da empresa também é controladora de uma série de negócios atuando em vários setores. A J&F se subdivide em J&F Investimentos S.A. que detém a Flora, Eldorado Brasil, JBS, Âmbar Energia, Canal Rural e J&F Mineração; e J&F Participações S.A., dona do Banco Original e do PicPay (BANCO ORIGINAL, 2022). Assim, a holding atua nos setores de comunicação, celulose, cosméticos, higiene pessoal e limpeza doméstica, alimentício, carteiras digitais, geração de energia e mineração, e dentre suas empresas controladas, a Âmbar Energia e o Banco Original possuem ações negociadas na B3 (J&F, 2023).

Por fim, a Tigre é uma multinacional Brasileira atuante no setor de varejo e serviços voltada ao atendimento da indústria da construção civil, o que confere à companhia uma posição consolidada de destaque na América do Sul na fabricação de tubos, conexões, acessórios em PVC, ferramentas e outras soluções (TIGRE, 2022). Fundada em 1952, ao longo de sua história, realizou uma série de aquisições e expansões até chegar à estrutura organizacional que apresenta atualmente, com uma cadeia operacional com 24 unidades produtivas localizadas em 10 países e que atende mercados consumidores em cerca de 30 países (TIGRE, 2022).

Diferentemente dos Grupos Votorantim e JBS, a Tigre não possui capital aberto em bolsa, e seus capitais. O que não quer dizer que a empresa não se envolva nos mecanismos da financeirização, visto que realiza aquisição de crédito e financiamento para expansão de suas atividades, além de, no ano de 2022 ter vendido 25% de sua participação para o fundo de private equity denominado Advent International, aportando mais de R\$ 1 bilhão à empresa, com o objetivo de fortalecimento dos planos de investimento da empresa e estratégias de longo prazo (TIGRE, 2022).

As três empresas analisadas, apesar de diferentes portes, áreas de atuação e dinâmicas no território se envolvem com o processo de financeirização da economia mundial a partir de diferentes formas.

Enquanto a JBS abre o capital de sua holding para negociação em bolsas de valores e a partir disso orbita seus capitais incluindo ou se desfazendo de suas subsidiárias, o Votorantim, vai pelo caminho inverso, mantendo o capital da holding fechado e negociando apenas ações de algumas de suas subsidiárias em bolsas de valores, além de realizar movimentações de fusões, aquisições e novos investimentos para assim expandir o alcance do grupo. Além disso, se no início de sua história o grupo Votorantim mantinha ativos predominantemente fixos (plantas industriais e usinas hidrelétricas, por exemplo), com o avanço de seus nexos com a financeirização, o grupo aumenta o aporte de capitais móveis através do BV e da abertura de capitais ou associação com fundos financeiros, garantindo maior mobilidade para si em relação ao território, podendo adquirir ou se desfazer de seus ativos fixos com maior flexibilidade.

Em contrapartida, a Tigre, empresa também consolidada no Brasil e no mundo, opta por não abrir seus capitais e permanece expandindo seus ativos fixos, anexando empresas e criando plantas industriais, o que não quer dizer que a empresa não mantenha algum grau de nexo com a financeirização, visto que se insere no processo a partir de outros meios – como a utilização de crédito, financiamento e venda de parte de seus ativos para um fundo de *private equity*.

É de suma relevância que um processo em grande escala como o da financeirização da economia mundial seja analisado a partir da ótica de agentes econômicos que apresentem distintas frentes de abordagem, pois é a partir daí que é possível compreender a dinâmica como um todo em todas suas faces e vertentes, tendo em vista que o objetivo final, independente do agente analisado, é multiplicar e ampliar o retorno dos capitais na maior velocidade possível.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BANCO ORIGINAL. Relatório anual. **Banco Original**, 2022.
- BV. O banco BV. **BV**, 2023. Disponível em: < <https://www.bv.com.br/institucional/o-banco> >. Acesso em: 06 de maio de 2023.
- CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: Brunhoff, S. et al. **A finança capitalista**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010. p. 95-182.



CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: \_\_\_\_\_. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 35-67.

GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos** nº 82. Novembro/2008. Tradução de Hélio Mello Filho.

HAESBAERT, R. **Viver no Limite: território e multi/transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. – São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 8ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HIRATUKA, C.; ROCHA, M. A. M. **Grandes grupos no Brasil: estratégias e desempenho nos anos 2000**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

HUSSON, Michel. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: Brunhoff, S. et al. **A finança capitalista**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010. P. 303-336.

J&F. Quem somos. **J&F**, 2023. Disponível em: <<https://www.jfinvest.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

JBS. Relatório Anual. **JBS**, 2022.

LENCIONI, Sandra. O capital e seu espaço. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual. **Revista Confins**, número 44, 2020.

MAZZUCATO, M. **O valor de tudo: Produção e apropriação na economia global**. Tradução: Camilo Adorno, Odorico Leal. – 1ª ed. – São Paulo: Portfólio-Penguin, 2020.

MICHALET, Charles-Albert. **O que é a mundialização?** São Paulo: Loyola, 2003. 238p

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos avançados**, 23 (66). 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; DINIZ, Nelson. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 351-377, maio/ago 2017.

SERFATI, C. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Org. François Chesnais. São Paulo: Xamã, 1998. p. 141-181.

SANTOS, Leandro B. **Estado e internacionalização das empresas multilaterais**. 1. Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SANTOS, Leandro Bruno. Resenha sobre o livro “O que é mundialização?” de Charles Albert Michalet. **Revista Perspectiva Geográfica**, nº 5 Vol. 1 e 2, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SASSEN, S. Lógicas Predatórias: indo muito além da desigualdade. Publicado originalmente em inglês com o título “**Predatory Logics: Going Well Beyond Inequality.**” **Twenty-First Century Inequality & Capital**. Piketty, Marx and Beyond. Brill Academic Publishers, 2018, p. 64-85.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. CASTRO, Iná Elias de (et al.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TIGRE. Quem somos. **Tigre**, 2023. Disponível em: <<https://www.tigre.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

TIGRE. Relatório anual. **Tigre**, 2022.

XV  
ENAN  
PEGE



ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA EM GEOGRAFIA

VOTORANTIM. Portfólio. **Votorantim**, 2023. Disponível em:  
<<https://www.votorantim.com.br/pt/portfolio/>>. Acesso em: 29 de abril de 2023.  
VOTORANTIM. Relatório anual. **Votorantim**, 2022.  
ZANOTELLI, C. Elementos preliminares sobre a “desindustrialização”, a financeirização e a geografia política da crise no Brasil. In. \_\_\_\_\_ **Espaço e Economia: Geografia Econômica e Geografia Política** / organizado por Floriano Godinho de Oliveira ... [et al.]. - Rio de Janeiro: Consequência, 2019.